

ATAS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS (LISBOA)
MANDATO 2021-2025

RUBRICA:



SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS,
REALIZADA NO DIA ONZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO

ATA NÚMERO VINTE E UM

----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos onze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro reuniu nas instalações do Lisboa Ginásio Clube, sitas na Rua dos Anjos número sessenta e três, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Arroios, sob a presidência do seu Presidente efetivo, José Manuel Cal Gonçalves, coadjuvado pela Primeira Secretária, em exercício, Alexandra Isabel Machado Cordeiro, e pelo Segundo Secretário em exercício, Luis Francisco de Couto Bento de Sousa, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1. Período de intervenção do público-----
- 2. Período antes da ordem do dia (PAOD);-----
- 3. Análise, discussão e votação da proposta de Protocolo com o Agrupamento de Escolas Nuno Gonçalves para efeitos de transferência de verba | anos letivos de 2023/2024 e 2024/2025; -----
- 4. Análise, discussão e votação da proposta de Protocolo com o Agrupamento de Escolas Luís de Camões para efeitos de transferência de verba | anos letivos de 2023/2024 e 2024/2025; -----
- 5. Análise, discussão e votação da proposta de Ratificação | Protocolo entre a Freguesia de Arroios (Lisboa), a Academia de Produtores Culturais e o Município de Lisboa, no âmbito do “Festival Todos” (edição de 2024); -----
- 6. Análise, discussão e votação da proposta de Protocolo entre a Freguesia de Arroios (Lisboa), a Academia de Produtores Culturais e o Município de Lisboa, no âmbito do “*Festival Todos*” (edição de 2025); -----
- 7. Análise, discussão e votação da proposta de protocolo a celebrar entre a Freguesia de Arroios (Lisboa) e o Clube Atlético de Arroios para efeitos de atribuição de apoio financeiro; -----
- 8. Análise, discussão e votação da proposta de celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Arroios (Lisboa) no âmbito do desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular /AEC's, para os anos letivos de 2024/2025 e 2025/2026. -----
- 9. Análise, discussão e votação da proposta de celebração de contrato interadministrativo de cooperação entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Arroios (Lisboa) com vista a garantir uma gestão assente na otimização da utilização das infraestruturas e recursos, ao nível da higiene urbana. -----
- 10. Análise, discussão e votação da proposta de Doações de bens perecíveis recebidas nos meses de abril a agosto de 2024 | Ratificação. -----
- 11. Análise, discussão e votação da proposta de autorização prévia para assumir compromisso plurianual para abertura de procedimento de contratação pública que tem por objeto a empreitada Jardim António Feijó/ ou Igreja dos Anjos - Requalificação e segurança (Contrato n.º 5/UCT/DRJF/2023 – Eixo 2).-----
- 12. Análise, discussão e votação da proposta de autorização prévia para assumir compromisso plurianual para abertura de procedimento de contratação pública que tem por objeto a empreitada de requalificação do espaço público da Rua de Arroios e encabeçamentos do Mercado de Arroios (Contrato n.º 5/UCT/DRJF/2023 – Eixo programático 1). -----

ATAS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS (LISBOA)
MANDATO 2021-2025

RUBRICA:



----- 13. Análise, discussão e votação da proposta de autorização prévia para assumir compromisso plurianual para abertura de procedimento de contratação pública que tem por objeto a empreitada para melhoria da mobilidade e cargas/descargas na Praça das Novas Nações (Contrato n.º 5/UCT/DRJF/2023 – Eixo programático 1). -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Eleitos: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Vítor Manuel da Cruz Carvalho, Joana Guerreiro Mestre, Joana Isabel Ricardo Gaspar de Freitas, José Eduardo Vera de Matos e Maria Luísa Valadas Carvalho. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Maria Joana Camacho Pinela Martins Damas. -----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** Paula Cristina dos Santos Ferreira Castella Correia; -----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU):** – Anna Nemcova de Almeida, Ana Luísa Martins Pereira Mirra e Bruno Rafael Raposo Filipe Ferreira. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Joana Filipa Mourisca e Pires Teixeira e Mafalda Pinto Rodrigues Brilhante. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** – Cristina Maria Neves Nunes. -----

----- **Do Partido “Pessoas-Animais-Natureza” (PAN)** – Patrícia Leitão Mariano. -----

----- **Do Partido Chega (Chega)** – Carlos Miguel Prata da Silva. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Joana Freire da Silva Pinto Coelho; -----

----- Bernardo Luis Amador Trindade, que justificou a sua ausência e foi substituído por Joana Isabel Ricardo Gaspar de Freitas; -----

----- Maria Catarina Melro Praxedes da Silva, que justificou a sua ausência e foi substituído por José Eduardo Vera de Matos; -----

----- Vítor Carlos Teles Fernandes, que justificou a sua ausência e foi substituído por Maria Luísa Valadas Carvalho; -----

----- Cláudio Alexandre Viana Guerreiro, que justificou a sua ausência e foi substituído por Mafalda Pinto Rodrigues Brilhante; -----

----- Francisco Duarte Canastrinha Tavares Alves, que justificou a sua ausência e foi substituído por Bruno Rafael Raposo Filipe Ferreira; -----

----- A Junta de Freguesia esteve representado pela Senhora Presidente da Junta – Maria Madalena Matambo Guerra Domingues Natividade, Secretário – João Francisco Borges da Costa, Tesoureiro – Ricardo Nuno dos Reis Afonso, Vogal - Rui Nuno de Gouveia Amorim Vilela Dionísio, Vogal – Teresa Maria Soares Pedroso Areosa da Cruz, Vogal – Maria Manuel Figueiredo Baía Afonso, Vogal – Damião Martins de Castro. -----

----- Às dezanove horas e trinta minutos, em segunda convocatória, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **Submeteu à votação a recomposição da Mesa da Assembleia:** Presidente - José Cal Gonçalves, Primeira Secretária, em exercício – Alexandra Isabel Machado Cordeiro, Segundo Secretário, em exercício - Luís Francisco de Couto Bento de Sousa, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 1 - Período de intervenção do público:** -----

----- **Freguesa Sandra Medeiros** fez a seguinte intervenção: -----

----- (início não registado) -----

ATAS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS (LISBOA)
MANDATO 2021-2025

RUBRICA:



----- “...agora pergunto: o que é que o Amor Records tem de tão diferente de outros bairros, perfeitamente inseridos noutros bairros residenciais? Serão as pessoas que estão à frente de tal estabelecimento? Será a clientela de tal estabelecimento? Será a inércia dos poucos que ainda ali residem? Será a inércia das instituições como a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia de Arroios, a PSP ou mesmo a Polícia Municipal? -----

----- Qualquer ação por vós tomada já peca por tardia. Não podemos andar sempre a correr atrás do prejuízo. Chega de inércia, temos de agir. Não podemos continuar a apoiar com a nossa própria inércia esta falta de respeito. Para que tal comportamento deixe de existir, estes indivíduos têm de sentir consequências. -----

----- Tal como eu, que aqui decidi vir, podeis começar por encerrar a esplanada por vós licenciada e que promove este ajuntamento de pessoas, razão de insatisfação e de tantas queixas dos vossos fregueses. Podeis pensar que de nada valerá, mas garanto-vos, eles vão sentir a mudança. -----

----- A minha família está a entrar em burnout. Já fiz coisas que nunca pensei fazer com a idade que tenho. Se nada for feito, infelizmente só nos resta adotar outras medidas de sensibilização. -----

----- Obrigada e uma boa noite.” -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia perguntou qual era a localização exata do bar, qual a morada. -----

----- Freguesa Sandra Medeiros: -----

----- “Rua Frei Francisco Foreiro, nº 2-A, Lisboa. É aqui pertinho.” -----

----- A Senhora Presidente da Junta agradeceu a intervenção da Senhora Sandra Medeiros. Já tiveram a oportunidade de ouvir ali a sua preocupação e desconforto na última Assembleia e também em reunião de Executivo. Tinham estado a trabalhar nesse assunto, as imagens e reclamações também de outros moradores foram enviadas às entidades competentes. -----

----- A Junta de Freguesia não tinha fiscalização à noite, pediu-se uma fiscalização ao local pela Polícia Municipal ou pela PSP, mas estavam a trabalhar para que efetivamente se fizesse essa fiscalização. O assunto não estava esquecido. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia referiu que os pontos da ordem de trabalhos no fundo já resultaram da Assembleia anterior, a generalidade deles. Perguntava aos eleitos se tinham condições de votar em conjunto ou se via alguns que quisessem votar e discutir em separado. -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- Continuando, disse que então estariam em condições de votar os pontos 4, 5, 6, 7, 8, 10 e 12. -----

----- Tinha um pedido de esclarecimento ao Executivo em relação ao ponto 10. Tinham para ratificar as doações de bens perecíveis referentes ao período de abril a agosto de 2024, de acordo com a proposta 47-A/2024. No entanto, na sessão de julho de 2024, sob a proposta 24-A/2024 já ia a ratificação dos bens perecíveis de abril e maio. -----

----- A Mesa verificava que efetivamente havia uma certa desconexão na matéria da ratificação das doações dos bens perecíveis, porque ou não ia para a ratificação ou, quando ia, era totalmente descoordenado. Já na sessão anterior não estava como devia ser e estava outra vez sobreposto com a proposta 24/2024 de 21 de julho, e agora com a 47-A, havia sobreposição. -----

ATAS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS (LISBOA)
MANDATO 2021-2025

RUBRICA:



----- Perguntava se o Executivo queria retirar para aperfeiçoar e apresentar na próxima sessão.-----

----- A Senhora Presidente da Junta disse que se não estava conforme, iriam retirar e apresentar o documento corretamente.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia disse que seria conveniente no futuro, em vez de ir um acumulado em que apareciam uma série de meses, etc., ir sempre com os meses que diziam respeito à proposta em concreto e não aqueles que estavam para trás. Por acaso essa já tinha, mas ia com a sobreposição.-----

----- Ponto 3 - Análise, discussão e votação da proposta de Protocolo com o Agrupamento de Escolas Nuno Gonçalves para efeitos de transferência de verba | anos letivos de 2023/2024 e 2024/2025;-----

----- Ponto 4 - Análise, discussão e votação da proposta de Protocolo com o Agrupamento de Escolas Luís de Camões para efeitos de transferência de verba | anos letivos de 2023/2024 e 2024/2025;-----

----- Ponto 5 - Análise, discussão e votação da proposta de Ratificação | Protocolo entre a Freguesia de Arroios (Lisboa), a Academia de Produtores Culturais e o Município de Lisboa, no âmbito do “Festival Todos” (edição de 2024);-----

----- Ponto 6 - Análise, discussão e votação da proposta de Protocolo entre a Freguesia de Arroios (Lisboa), a Academia de Produtores Culturais e o Município de Lisboa, no âmbito do “Festival Todos” (edição de 2025);-----

----- Ponto 7 - Análise, discussão e votação da proposta de protocolo a celebrar entre a Freguesia de Arroios (Lisboa) e o Clube Atlético de Arroios para efeitos de atribuição de apoio financeiro;-----

----- Ponto 8 - Análise, discussão e votação da proposta de celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Arroios (Lisboa) no âmbito do desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular /AEC's, para os anos letivos de 2024/2025 e 2025/2026.-----

----- Ponto 12 - Análise, discussão e votação da proposta de autorização prévia para assumir compromisso plurianual para abertura de procedimento de contratação pública que tem por objeto a empreitada de requalificação do espaço público da Rua de Arroios e encabeçamentos do Mercado de Arroios (Contrato n.º 5/UCT/DRJF/2023 – Eixo programático 1).-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver intervenções, submeteu à votação as propostas constantes nos pontos 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 12 da ordem de trabalhos, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.-----

----- Ponto 9 - Análise, discussão e votação da proposta de celebração de contrato interadministrativo de cooperação entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Arroios (Lisboa) com vista a garantir uma gestão assente na otimização da utilização das infraestruturas e recursos, ao nível da higiene urbana.-----

----- Eleita Anna Almeida (CDU) disse que a CDU estava contra a reforma administrativa que dividia as competências na área da higiene urbana. Tinham agora 25 entidades que geriam essa área com mais custos. Estava a acontecer o contrário daquilo que era a otimização da utilização das infraestruturas e recursos, porque perdia-se a escala e a capacidade para dar uma resposta célere e integrada para os problemas da higiene urbana e o resultado era aquele que se via. Era um problema complexo e por isso iriam votar contra.-----

ATAS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS (LISBOA)
MANDATO 2021-2025

RUBRICA:



----- **Eleito Vítor Carvalho (PS)** disse que queria colocar uma questão ao Executivo e que tinha a ver com o facto de se dizer que esse contrato era também aplicado às Freguesias que tivessem pressão turística em mais de 50%. A questão era se Arroios estava incluída nesse lote de Freguesias com uma pressão turística superior a 50%.-----

----- Relembrava que esse contrato obrigava a Junta de Freguesia a fazer limpeza durante os sete dias por semana e, portanto, não haveria depois argumentos para se dizer que não existia recolha de lixo aos fins de semana.-----

----- Também gostariam de saber se a verba que estava atribuída nesse contrato, 407 mil euros, se nessas verbas estava incluído algum pessoal que fosse alocado à higiene urbana, uma vez que a Câmara podia transferir verbas para a Junta de Freguesia, mas tinha que ter meios para que a recolha do lixo fosse feita os sete dias da semana.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que, para além da pressão turística, houve uma reunião com todos os Presidentes de Junta de Freguesia em que foi avaliada não só a pressão turística, mas também a pressão de outras situações.-----

----- Em Arroios, para além dos moradores e dos turistas tinham também outra frequência de pessoas que não eram residentes, com residência efetiva. Considerou-se que o aumento da população... em relação às pessoas registadas tinham quase o dobro da população que deviam ter na Freguesia e foram critérios utilizados pela Câmara Municipal de Lisboa para atribuir essas verbas.-----

----- Em relação à limpeza nos fins de semana, como deviam ter conhecimento, a Câmara Municipal de Lisboa aos domingos não fazia, a Junta de Freguesia assumia essa situação e a higiene urbana trabalhava até às 14 horas. A Junta de Freguesia assumia essa parte, porque jamais poderiam ficar com o lixo nas ruas, já ficava o sábado, o domingo e a segunda-feira.-----

----- No contrato de delegação de competências as verbas seriam geridas da melhor forma, não só com pessoal, mas também com equipamento para a higiene urbana.-----

----- **Eleita Ana Mirra (CDU)** perguntou se estava equacionado haver mais contentores de lixo, porque ao substituir os sacos do passeio, que foi um avanço, não se acautelou o número de contentores que deveria suprir o lixo existente em estabelecimentos, hotelaria, moradores, se exatamente acautelaram existir mais contentores para vidro, plástico e papel, etc.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que a Câmara Municipal de Lisboa estava a fazer um estudo em relação à falta de alguns equipamentos na Freguesia e, portanto, essa situação já foi colocada também aos serviços da Câmara Municipal, com os quais estavam a articular.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta de celebração de contrato interadministrativo de cooperação entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Arroios (Lisboa) com vista a garantir uma gestão assente na otimização da utilização das infraestruturas e recursos, ao nível da higiene urbana**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 13 votos a favor (PS, CDS-PP, PSD, IL, PAN e Chega), 2 votos contra (CDU) e 2 abstenções (BE)-----

----- **Ponto 11 - Análise, discussão e votação da proposta de autorização prévia para assumir compromisso plurianual para abertura de procedimento de contratação pública que tem por objeto a empreitada Jardim António Feijó/ ou**



Igreja dos Anjos - Requalificação e segurança (Contrato n.º 5/UCT/DRJF/2023 – Eixo 2). -----

----- **Eleita Anna Almeida (CDU)** disse que com base nas informações sobre o projeto de requalificação do Jardim António Feijó, Jardim da Igreja dos Anjos, constava que se previa a colocação de grades de dois metros de altura para limitar o acesso ao jardim, ter horários em que ia ficar fechado esse jardim. Não se reviam nessa solução, achavam que o espaço público não devia ser fechado para evitar utilização indevida. Qualquer dia era declarado o estado de sítio para as pessoas não estarem de noite na rua e não fazerem coisas indevidas.-----

----- Não lhe parecia que era por aí que resolviam os problemas, sobretudo sabendo que se tratava de ocupação do espaço pelas pessoas em situação de sem-abrigo. A solução devia ser pela ação do governo que criasse condições para o acompanhamento dessas pessoas por equipas próprias. Eram situações complexas e não seria por fechar o espaço que essas pessoas deixavam de ser sem-abrigo. -----

----- Além disso, a segurança devia ser resolvida, como já ali disseram várias vezes, por policiamento de proximidade. Queriam ter uma esquadra na Freguesia. -----

----- Quanto à limpeza, havia queixas de falta de limpeza por causa das pessoas em situação de sem-abrigo, mas também podiam ser outras pessoas que iam à noite descansar no jardim, não precisava ser só de dia. Soluções na área da higiene urbana. --

----- **Eleita Joana Teixeira (BE)** disse que tinha três questões para colocar em relação a esse ponto, mas queria fazer um ponto prévio para dizer que apesar dessa informação ir com base em decisões de reunião do Executivo da Junta de Freguesia continuavam a não ter acesso às atas do Executivo e também não tinham as atas das Assembleias de Freguesia disponíveis no site, com três anos de mandato. Isso era uma completa falta de transparência para aquilo que andavam ali a fazer, as sessões não ficavam disponíveis para as pessoas, continuavam a bloquear o acesso e o conhecimento das pessoas sobre o que se passava tanto na Assembleia de Freguesia como no próprio Executivo da Junta.

----- Em relação a essas obras, a primeira questão era que o Jardim António Feijó teve intervenção no ano passado e queria perceber qual era a lógica dessas duas intervenções separadas se naquele momento já estava previsto haver necessidades adicionais. Eram duas intervenções em anos seguidos no mesmo local da Freguesia. -----

----- A segunda questão, se esse contrato era uma aprovação de um concurso para iniciar a empreitada, qual a razão em fevereiro desse ano as pessoas que lá pernoitavam terem sido informadas que iriam sair porque se iam iniciar as obras e já com o plano do que iria acontecer ali, quando só em outubro de 2024 estavam a receber em Assembleia de Freguesia o pedido de autorização para lançar um concurso para iniciar a empreitada.--

----- Por fim reforçava esse ponto já referido pela CDU. Lamentava que ao chegar a informação para a Assembleia de Freguesia não fosse esse estudo prévio, mas de facto havia desde logo uma coisa que os preocupava e que era um espaço público da Freguesia começar a ser gradeado e essa visão securitária sobre a Freguesia, que na verdade não resolvia problema nenhum de raiz e, pelo contrário, só bloqueava a fruição do espaço público por parte dos fregueses.-----

----- **Eleita Patrícia Mariano (PAN)** disse que aproveitava a votação desse protocolo também para fazer mais umas questões acerca das pessoas em situação de sem-abrigo.

----- No passado dia 4 a Câmara Municipal de Lisboa e com a ajuda da Junta de Freguesia de Arroios retiraram as pessoas que estavam nesse jardim, à partida por causa

ATAS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS (LISBOA)
MANDATO 2021-2025

RUBRICA:



dessas obras, daquilo que tinha percebido. Continuava sem perceber e visto que a Junta de Freguesia de Arroios esteve envolvida na retirada também dessas pessoas em situação de sem-abrigo, efetivamente para onde essas pessoas foram e em que condições. -----

----- Parecia que também houve várias pertences das pessoas que desapareceram, houve uma pessoa... -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que estava em discussão era a plurianualidade dessa empreitada. Não estavam a discutir o que foi retirado ou não, porque o objeto deste ponto era a plurianualidade da empreitada. -----

----- **Eleita Patrícia Mariano (PAN)** disse que compreendia, mas era um plano plurianual para as obras no Jardim da Igreja dos Anjos e para o qual foram retiradas as pessoas em situação de sem-abrigo supostamente com esse motivo, ou teriam retirado as pessoas em situação de sem-abrigo das ruas do lado. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que esse ponto era incluído nessa sessão e não foi mais cedo porque se a empreitada estivesse a começar no início do ano não teriam uma situação de empreitada plurianual, não ultrapassaria a data de 31 de dezembro e logo não teria que ir à Assembleia. Ela só ia à Assembleia dado o atraso decorrente da situação da ocupação do espaço e perceber-se que o lançamento da empreitada, pelo prazo que se previa para a realização da mesma, ela não estaria concluída até 31 de dezembro. Por isso teria que ter autorização da Assembleia para começar já e poder acabar no próximo ano. Se a Assembleia não considerasse a autorização, só poderia arrancar a 1 de janeiro e concluir-se durante o próximo ano. ----

----- **Eleita Ana Mirra (CDU)** disse que o Partido Comunista iria votar contra, porque não acreditavam em guetos. Não era expulsando as pessoas dos locais públicos que se construía uma Freguesia inclusiva, como tentavam vender, e não sabiam o que era feito das pessoas que costumavam pernoitar naquele jardim. Por isso iriam votar contra e gostavam de ter resposta, apesar de não estar incluído nesse ponto. Era algo que Junta costumava fazer, sem responder determinadas questões. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que a proposta tinha a ver com a plurianualidade do projeto. O engenheiro Rui Vilela poderia explicar. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que de qualquer forma convidava o Executivo, se pudesse dar alguma informação sobre o resto dos pedidos que foram feitos em torno dessa proposta. Embora não fosse o ponto, via com bons olhos que a Assembleia fosse esclarecida. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que faria e com a maior brevidade. -----

----- Como todos repararam, o espaço em relação à igreja dos Anjos degradou-se e bastante. O projeto propunha que fosse fechado, que tivesse um gradeamento como existia em outras zonas da Cidade de Lisboa, como por exemplo o Jardim da Estrela e outros espaços em Lisboa. O fecho do jardim seria à noite, por volta das dez da noite até cedo da manhã seguinte, justamente por uma questão de utilização indevida e também para proteger um pouco mais o espaço. -----

----- Pela inação do Governo central, foi ali referido, aquele jardim chegou ao ponto que estava. Portanto, nesse sentido o Executivo colaborou com as entidades competentes, com a Câmara Municipal de Lisboa, com a Polícia Municipal, foi uma ação tranquila, em conformidade com o envolvimento de todos e, portanto, as pessoas que foram retiradas do Jardim dos Anjos, cerca de 65 pessoas, foram colocadas em três

ATAS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS (LISBOA)
MANDATO 2021-2025

RUBRICA:



alojamentos locais na Freguesia de Arroios. As pessoas estavam instaladas em alojamentos locais e com condições dignas, não estavam à chuva e tinham refeições como devia ser. -----

----- A informação tinha sido dada publicamente, mas o Executivo e o próprio Comandante da Polícia Municipal, que acompanhou todas essas diligências, também estaria disponível para prestar algum esclarecimento se fosse necessário. -----

----- **Vogal do Executivo Rui Dionísio** disse que não ia responder individualmente às intervenções da Eleita Anna Almeida, nem da Eleita Joana Teixeira, nem Patrícia Mariano, se bem que aí não havia grandes perguntas a ver consigo. -----

----- Em janeiro ou fevereiro de 2023 houve uma pequena intervenção da qual deram nota e tinha havido uma primeira situação de fixação de algumas pessoas em situação de sem-abrigo que, entretanto, também foram retiradas. O Jardim foi vedado e foi feita uma pequena intervenção e numa Assembleia até foram questionados pelos Eleitos do Partido Socialista sobre qual tinha sido o montante da intervenção, tendo-se dado nota que seria à volta de 500 euros. Isso até gerou alguns sorrisos, mas ainda bem que foi só esse dinheiro porque tudo o que lá foi plantado foi arrebitado e arrancado. -----

----- Entretanto, continuando a fita do tempo, enquanto isso acontecia havia um processo de negociação dos CDCs entre a Junta de Freguesia de Arroios e a Câmara Municipal, um processo que acabou por ficar fechado por volta de julho ou agosto, posteriormente a essa data. Portanto, aí não havia correlações. -----

----- Os jardins da Freguesia de Arroios que ainda não tinham sido intervencionados, o Jardim Constantino e o Jardim António Feijó, os outros jardins já tinham sido intervencionados. Portanto, não havia aí uma coisa assim de estranha, era linear, eram os que faltava intervir. -----

----- Esse projeto foi proposto à Câmara, foi validado em sede de CDCs pela Câmara Municipal de Lisboa. A situação de emergência social e de agravamento social que se foi gerando foi sempre posterior a isso. Portanto, não havia correlação nenhuma de retirar as pessoas porque se queria fazer uma obra. Não havia essa implicação, não a quisessem fazer porque não existia, era uma obra que estava prevista e que queriam fazer. -----

----- Inclusivamente, como o Senhor Presidente da Assembleia deu nota, era um projeto que já queriam que estivesse em execução. A própria realização do projeto de execução que depois que permitia lançar a empreitada foi substancialmente atrasado pela situação que se desenvolveu e que não era do desejo de ninguém. A própria empresa que esteve a fazer os levantamentos topográficos e a avaliação das estruturas, etc., da envolvente do jardim teve muitas dificuldades para aceder a alguns espaços porque estavam lá umas 100 pessoas, umas 20 ou 30 tendas, havendo espaços que estavam vedados. -----

----- Não havia colagem nenhuma entre aquelas pessoas que mereciam todo respeito e o projeto. O projeto era uma coisa independente e que tinha de avançar, atrasou por esses motivos e agora requeria autorização porque apanhava dois anos civis. -----

----- Em momento algum se dizia que era um espaço público que iria ficar fechado. Era um espaço aberto e tinha uma vedação que permitia fechar, mas ia estar aberta. Se fosse fechado como em tantos espaços e equipamentos na cidade e pelo país fora, não via que isso pudesse causar estranheza. Deviam preservar o investimento público e o dinheiro dos contribuintes. -----

ATAS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS (LISBOA)
MANDATO 2021-2025

RUBRICA:



----- Iria haver um investimento de alguma monta e agora essa era a parte mais importante, o que ia acontecer ali. A iluminação seria toda revista, os espaços verdes seriam todos revistos, os sistemas de rega todos revistos. Aquele pavimento betuminoso que estava degradado seria transformado em pavimento permeável. Iam requalificar as instalações sanitárias, requalificar a casinha que estava na entrada traseira e colocação de espécies arbóreas.-----

----- O jardim era de 1911, havia fotografias do jardim original que já viram e era fechado. Não estavam a inventar nada, já era assim. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** perguntou se havia algum estudo prévio, algum modelo da alteração que ia decorrer que se pudesse mostrar à Assembleia. -----

----- **Vogal do Executivo Rui Dionísio** disse que estava em fase de finalização o projeto de execução, que foi também contratado no âmbito dos CDCs. Havia um projeto de execução primeiro. -----

----- Naquilo que tinha de ser o rigor exigido por essas coisas, sendo património classificado, teria que ter as validações das instituições devidas. Antigamente era a DGPC, entretanto foi extinta e desmembrada em duas entidades. Houve já uma reunião prévia em meados de agosto dos serviços técnicos com a CCDR. Obviamente que não havia uma luz verde final porque o projeto não estava concluído, mas se o projeto fosse por aí em princípio teriam luz verde por parte da CCDR. As coisas estavam bem encaminhadas nesse sentido, até dessa validação. -----

----- Tinham feito as coisas com todo o cuidado e seguindo os passos que achavam ser certos e que tinham de ser dados. Muito em breve poderiam disponibilizar através do site, como já tinham feito com outros projetos que estavam a decorrer, para depois publicamente qualquer pessoa poder consultar o que iria ser implementado ali. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que queria só reforçar o facto histórico que foi dito pelo engenheiro Rui Vilela, porque o espaço à volta da Igreja dos Anjos já foi fechado e tinham o Jardim do Caracol, que era fechado durante a noite e nunca ninguém levantou problemas por causa disso. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** perguntou se havia disponibilidade do Executivo de assumir o compromisso perante a Assembleia que, sendo aprovada essa proposta, de na próxima sessão levar informação sobre o que se iria passar no espaço, para a Assembleia tomar conhecimento sem ser pela comunicação social, como por vezes acontecia. Poderem ter conhecimento previamente. -----

----- **A Senhora Prtesidente da Junta** respondeu que assumia esse compromisso de apresentar o projeto. -----

----- **Eleita Joana Teixeira (BE)** disse que o facto de estarem a votar agora porque era um compromisso plurianual e porque se atrasou a obra, isso não tirava a legitimidade a que tivessem oportunidade em Assembleia de falar sobre esse projeto e levantar todas as questões. -----

----- Em segundo lugar dizer que sabiam muito bem que os CDCs demoravam tempo a ser negociados e tanto era que num contrato de delegação de competências que foi negociado pelo Bloco de Esquerda no mandato anterior com o Executivo da Junta de Freguesia de Arroios sobre o mercado das culturas, que era para ser a casa da diversidade e que foi aprovado em todos os espaços esse CDC. Sabiam o trabalho que deu de participação das associações de imigrantes, associações LGBT, foram meses de

ATAS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS (LISBOA)
MANDATO 2021-2025

RUBRICA:



trabalho para o atual Executivo pura e simplesmente ignorar o trabalho e a aprovação que já estava feita sobre esse contrato de delegação de competências. -----

----- Portanto, sabiam que essas coisas demoravam tempo a ser negociadas, a ser faladas, mas a questão era que não tinham informação, quando partilhavam para discutir na Assembleia de Freguesia não tinham sequer o estudo prévio que estava na página da Junta, não tiveram acesso a ele. Agora estavam a dizer que trariam o projeto depois de ser votado ali. Era certo que se atrasasse um pouco o Executivo não precisaria levar à Assembleia de Freguesia, mas era deixar um cheque em branco para o Executivo fazer o que bem entendesse. -----

----- Podiam acreditar que essa era a visão do Executivo, que não havia problema nenhum porque era assim antigamente. Aliás, se fossem por essa lógica, de facto nem sequer havia qualquer tipo de evolução na Freguesia, porque antigamente se fazia de uma certa forma, mas isso também ia contra a sua visão e os espaços públicos deviam ser públicos. Era uma visão completamente diferente. -----

----- A sua questão era o compromisso do Executivo em apresentar o projeto daí a uns meses, depois de aprovarem, de que valeria essa aprovação. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que o ponto em discussão era mesmo a plurianualidade da empreitada, porque o CDC já foi à Assembleia e foi aprovado. Claro que em relação a projetos em concreto podiam os Senhores Eleitos solicitar o ponto para discussão. Como viram, tivera o cuidado até de que a questão fosse à Assembleia com informação atempada sobre o que se ia realizar, em respeito pelo funcionamento desse órgão de Membros eleitos. -----

----- Constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **proposta de autorização prévia para assumir compromisso plurianual para abertura de procedimento de contratação pública que tem por objeto a empreitada Jardim António Feijó/ ou Igreja dos Anjos - Requalificação e segurança (Contrato n.º 5/UCT/DRJF/2023 – Eixo 2)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com votos a 7 favor (CDS-PP, PSD, IL e Chega), 6 votos contra (CDU, BE e PAN) e 5 abstenções (PS) -----

----- **Ponto 13 - Análise, discussão e votação da proposta de autorização prévia para assumir compromisso plurianual para abertura de procedimento de contratação pública que tem por objeto a empreitada para melhoria da mobilidade e cargas/descargas na Praça das Novas Nações (Contrato n.º 5/UCT/DRJF/2023 – Eixo programático 1).** -----

----- **Eleito Vítor Carvalho (PS)** disse que relativamente a essa proposta e ao contrário do que a proposta mencionava, que entendia não estarem reunidas as bases para ser possível lançar o procedimento de empreitada, porque entendiam que não estavam reunidos esses requisitos. Aliás, a própria proposta referia que o projeto de execução ainda se encontrava em fase de revisão, o que queria dizer que essa proposta podia ainda sofrer alterações e não podiam votar uma proposta com base num valor financeiro que, eventualmente, podia vir também a ser alterado, fruto dessa revisão que a própria proposta dizia ainda se encontrar em curso. Estavam a falar de um valor de 745.000€ (setecentos e quarenta e cinco mil euros). Não sabiam se essa revisão que a própria proposta referia iria alterar o valor, fosse mais ou fosse menos. Portanto, estavam a votar uma proposta que podia sofrer alterações. -----

ATAS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS (LISBOA)
MANDATO 2021-2025

RUBRICA:



----- Por outro lado, esse projeto que existia ainda em fase embrionária tinha muitos pontos em contato com uma outra proposta que foi apresentada por um cidadão morador na Freguesia e que teve a oportunidade de apresentar essa proposta ao Executivo. Foi depois discutida numa sessão que se realizou na Escola Secundária Luísa de Gusmão. As pessoas foram de alguma maneira surpreendidas pelo facto da proposta apresentada pela Câmara e pela Junta ser em tudo semelhante àquela proposta que esse freguês tinha apresentado antecipadamente e que aguardava que lhe fosse dado conhecimento do desenvolvimento do projeto. Nunca foi e depois foi surpreendido com a apresentação desse projeto na Escola Luísa de Gusmão. -----

----- Não sabiam se essa questão ia ter algum desenvolvimento no sentido da Câmara e a Junta poderem vir a ser acusadas de plágio de um projeto que tinha sido apresentado antecipadamente. Portanto, na perspectiva do PS essa proposta não reunia as condições para ser votada e por isso o sentido de voto seria contra, exatamente por essas duas questões, mas mais pelo facto da própria proposta referir que podia ainda sofrer a revisão. Estavam a votar um projeto que podia ser revisto e que tinha nesse momento um determinado valor que podia vir a ser alterado e, portanto, por essas razões o sentido de voto seria contra. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** perguntou ao Executivo se em relação a essas autorizações de compromissos plurianuais seria possível apresentarem uma ideia do que estava a ser autorizado. No fundo, o que estava ali a ser autorizado era a concretização de um protocolo que já foi aprovado e agora era o pedido de compromisso plurianual, mas sem qualquer esboço ou modelo das intervenções que iam decorrer. Ou seja, as questões suscitadas iam nessa linha. -----

----- Perguntou se era possível dar algum esclarecimento que pudesse ajudar a perceber-se o que estava em causa, em termos de projeto, para a assembleia se considerar esclarecida. -----

----- **Eleita Anna Almeida (CDU)** disse que falava num protocolo que já foi aprovado e gostaria a CDU de mostrar preocupação não só que não havia atas aprovadas acessíveis publicamente, mas também esse ano ainda não aprovaram nenhuma ata das Assembleias que foram realizadas. Já eram quatro Assembleias sem atas aprovadas e gostavam de apelar à Junta de Freguesia para disponibilizar meios para as atas serem transcritas e que pudessem ser aprovadas sempre na Assembleia seguinte, porque assim não tinham como consultar o que foi aprovado ou não. -----

----- Aproveitava essa referência, porque era inaceitável que a Assembleia não aprovasse as atas dos trabalhos das sessões anteriores. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que na última sessão foi explicado que as atas tinham chegado em cima da hora e não foi possível revê-las. Estavam numa sessão extraordinária, onde a ordem de trabalhos era solicitada pelo requerente. Na próxima Assembleia ordinária elas surgiriam para serem aprovadas. ----

----- Ainda assim, estavam permanentemente disponíveis as atas em minuta, onde era possível consultar toda a votação e tudo o que foi ou não aprovado. Essas estavam efetivamente disponíveis por edital afixado nos locais habituais e, portanto, a informação estava disponível sobre o que foi ou não aprovado nas respectivas Assembleias. O que faltava era a ata descritiva e no final da sessão tomaria posição sobre essa matéria, para que ela de uma vez por todas fosse resolvida porque andavam a tratar desse assunto quase desde a primeira sessão. Não dizia a primeira porque ainda

ATAS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS (LISBOA)
MANDATO 2021-2025

RUBRICA:



não havia ata na primeira, mas a partir daí essa questão tinha sido levantada várias vezes ao executivo para prepara o site para o efeito. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** esclareceu que o projeto de execução estava a ser feito pela Câmara Municipal de Lisboa. Podia-se dizer que era um projeto parecido com uma proposta de Bip-Zip que houve anteriormente, mas a Junta de Freguesia não foi envolvida nessa parte e não teria capacidade de fazer um projeto dessa dimensão. -----

----- O projeto era público, foi apresentado pela Senhora Vereadora e o CDC era um contrato que delegava à Junta de Freguesia a competência para realizar a obra. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** perguntou se o projeto realizado pela Câmara Municipal foi antes ou depois de ser aprovado o CDC. -----

----- **Vogal do Executivo Rui Dionísio** disse que esse projeto há anos pairava na Freguesia sem ter concretização. De facto, houve uma proposta inicial de um munícipe ou de um grupo de munícipes no sentido de melhorar aquela zona e conforto motivação na ligação à comunidade escolar da Escola Sampaio Garrido. Já tinha havido o compromisso do atual Executivo, até em período de campanha, que via e acolhia com bons olhos a realização dessa obra. Conseguiram negociar junto da Câmara que as coisas fossem avançando e a oportunidade que se colocava no âmbito dos CDCs era única, porque como a Senhora Presidente disse e muito bem nunca a Junta de Freguesia teria capacidade financeira por si só para realizar essa empreitada, ainda que acolhesse a ideia e visse com bons olhos. -----

----- Pressionando a própria Câmara para que recuperasse um projeto que tinha sido apresentado, a própria Câmara foi sensível e aceitou no âmbito de negociações dos CDCs incluir esse projeto, que viu também com bons olhos. -----

----- O projeto era da responsabilidade da Câmara Municipal e a sua apresentação foi feita até por duas vezes, houve uma primeira com a comunidade escolar e com a Associação de Pais na Escola Sampaio Garrido, posteriormente, para uma comunidade mais alargada com a Senhora Vereadora Joana Almeida na Escola Secundária Luísa de Gusmão. O projeto estava no site, conforme a informação que lhes foi disponibilizada pela Câmara Municipal. -----

----- Um projeto dessa envergadura carecia sempre de pequenas afinações. Alguém ali disse que estaria numa fase embrionária, mas não estava de maneira nenhuma numa fase embrionária, estava numa fase de conclusão e a semanas ou dias que a Câmara entregasse. Já tinham o projeto, mas estavam a fazer pequenas afinações e pequenas revisões para depois se poder lançar o concurso público para a fase de execução. Não estava em fase embrionária nenhuma, estava numa fase de conclusão do projeto. -----

----- Relativamente à questão financeira, o Membro Vítor Carvalho manifestava a sua preocupação e que também era da Junta, porque se isso escalasse depois precisavam do visto do Tribunal de Contas e também ia atrasar algo que gostariam e a comunidade de ter o mais rapidamente possível à sua disposição. Achavam que era uma mais-valia para a comunidade ter aquela praça e que também era o primeiro exemplo de aplicação do conceito de uma praça em cada bairro por parte da Câmara Municipal. -----

----- Tinham a oportunidade de haver em Arroios a primeira implementação de um projeto, de um plano camarário no âmbito de uma praça em cada bairro, o que não era coisa pouca. A questão financeira, a preocupação era essa, se o projeto ia mais encarecido ou menos encarecido, mas pensassem um pouco. O CDC era um pacote que tinha aquele valor fixo que já foi autorizado pela Assembleia, o que poderia haver era

ATAS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS (LISBOA)
MANDATO 2021-2025

RUBRICA:



entre projetos pequenos ajustes de valores. Não iam gastar mais nem menos dinheiro do que aquilo que a Assembleia já autorizou que gastassem em sede de CDC. Portanto, não havia verbas extraordinárias. -----

----- Sabiam que muitas vezes os concursos lançados por um valor e até as propostas dos concorrentes ficavam um pouco abaixo e aí era o contrário, gastava-se menos esse dinheiro que podia ser recanalizado em novas propostas à Câmara Municipal para benfeitorias, continuando no âmbito dos CDCs junto da Câmara Municipal. Portanto, o bolo era aquele, não esticava nem encolhia, era o valor que já foi até autorizado. -----

----- **Eleito Vítor Carvalho (PS)** disse que aproveitava, embora não estivesse diretamente relacionado com esse contrato, mas uma vez que o Executivo falava tanto dos contratos de delegação de competências e havia três propostas que estavam inseridas nesse CDC, tinha algumas questões para colocar ao Executivo. -----

----- Tinha a ver com a verba que foi atribuída à Junta de Freguesia de Arroios, 3.600.000€ (três milhões e seiscentos mil euros), mais meio milhão de euros do que tinha sido atribuído em 2019. Em 2019 foi atribuído a Arroios 3.100.000€ /três milhões e cem mil euros). Aliás, não era uma coincidência que todas as Freguesias geridas pelo PSD tiveram um aumento das verbas de 2019 para 2023, sendo que todas as Freguesias do PS e a única da CDU foram as que tiveram menos verbas atribuídas dos CDCs. Isto era um aparte. -----

----- Importante era que nesse CDC de 3.600.000€ (três milhões e seiscentos mil euros) foi contratualizado com a Câmara Municipal que esse pagamento seria feito em cinco prestações e o que gostariam de saber era nesse momento quantas prestações já foram pagas pela Câmara Municipal à Junta de Freguesia e os respetivos valores. -----

----- Depois queriam também saber qual era a taxa de execução a 30 de junho 2024 dessas verbas dos CDCs. Colocava essa questão porque segundo o contrato entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, se a Junta de Freguesia não entregou documentos justificativos de despesas elegíveis de execução em 30% do valor total tinha que devolver verbas à Câmara Municipal. Daí colocar a questão, quantas prestações já foram pagas pela Câmara e qual a taxa de execução a 30 de junho. -----

----- Era importante saber, porque se a Junta não apresentou justificativos referentes a 30% dos 3.600.000€ (três milhões e seiscentos mil euros) poderia ter que devolver as verbas entretanto recebidas. -----

----- Eram as duas questões que gostaria de colocar e gostaria de ouvir uma resposta concreta do Executivo, não remetendo para uma próxima Assembleia ou dizer que não dispunha nesse momento de informação. -----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que não tinha ali valores, mas podia dizer que já receberam a primeira tranche e estavam em vias de receber a segunda. Depois poderia responder por escrito, não tinha agora os valores. -----

----- **Eleito Vítor Carvalho (PS)** disse que não queria duvidar da palavra do Senhor Tesoureiro, mas quando aprovaram esse contrato de delegação de competências, pensava que foi em 2023, achava um pouco estranho que só a primeira prestação foi paga, porque essa primeira prestação referia-se a 20% do valor total do CDC e haveria mais quatro prestações. Estavam a um ano do final do mandato, o que queria dizer que ainda estavam a aguardar as quatro restantes prestações. -----

----- Daí reforçar a questão que tinha colocado inicialmente, de saber qual era a taxa de execução desse CDC a 30 de junho de 2024 e gostaria que o Senhor Tesoureiro e o

ATAS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS (LISBOA)
MANDATO 2021-2025

RUBRICA:



Executivo enviassem essa informação para todas as forças políticas ao mesmo tempo. Ao fim e ao cabo era uma questão de transparência. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que, no fundo, a questão que estava a ser suscitada tinha a ver com o número 3 da cláusula sexta do CDC. Se a 30 de junho a verba dos 30% da primeira tranche não tivesse sido utilizada na totalidade haveria lugar à devolução e isso originaria uma alteração orçamental modificativa para criar rubrica que permitisse essa devolução. Pensava ser a questão que estava a ser suscitada. -----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que houve prorrogações e as taxas de execução eram baixíssimas porque as obras ainda não começaram. Estavam à espera de autorização, era exatamente o ponto que estavam ali a votar, ou teriam que esperar até janeiro e já não seria um plurianual e voltariam a esperar. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que tinham em causa o número 3 da cláusula em causa e certamente o que seria suscitado pelo Executivo era uma adenda para salvaguardar essa situação, porque não havendo comprovativo da despesa podia determinar a devolução de verbas. Portanto, era uma questão legal clara, acautelar essa situação e certamente com um aditamento se ultrapassava essa redação do número 3. --

----- A questão que estava era a eventual responsabilidade da Freguesia em ter ou não que devolver dinheiro, podia ser agora ou mais tarde. Essa autorização, quando foi aprovado o CDC, não foi conhecida pela Assembleia. Havia uma redação que era dúbia e era numa perspetiva de que o CDC tivesse arrancado mais cedo. Por razões de vária ordem, já sabiam que as obras se atrasam sempre e o que estava a suscitar, tendo em atenção aquilo que foi suscitado pelo Partido Socialista, era que essa cláusula fosse acautelada com um aditamento ao contrato, alargando prazo, por exemplo para 30 de junho de 2025, e aí já não teriam problemas. -----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que na cláusula estava escrito que podia determinar, não dizia que era determinado. Aliás, no CDC de 2019 houve duas prorrogações e por isso o CDC de 2019 estava a terminar agora em 2024. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que exatamente por isso estava a dizer que era necessário fazer um aditamento com a prorrogação desse prazo, para que a Freguesia que tinha sob tutela a Assembleia de Freguesia não corresse o risco de redução de verbas que aprovou. Tinham que acautelar essa situação, o atraso era normal, mas não iriam estar ali perante a situação de acontecer novamente no futuro mandato, porque se estava lá previsto e nada fosse dito em qualquer altura podia ser pedido. A sugestão era o aditamento para salvaguardar essa situação.-----

----- Quanto ao plurianual, sugeria aos Eleitos que pudesse ser aprovado, justamente para não atrasar mais o projeto que era uma vontade da população já com muitos anos.

----- **Eleita Ana Mirra (CDU)** disse que devia ficar claro para quem nem sempre tinha tempo de acompanhar as Assembleias que isso era quase uma chantagem. Viam-se obrigados a aprovar ou a população não tinha obras, não tinha acesso a nada. Ficasse claro que a responsabilidade era do Executivo, pela segunda vez que estavam a tentar aprovar documentos que não apresentavam em condições.-----

----- Até propunha que antes de uma Assembleia pudessem ter uma reunião com o Senhor Presidente da Assembleia, porque não sabia como eram os trabalhos na Assembleia em que iam sempre com bengalas, sempre deficitários de documentos. Isso durava há três anos e pelos vistos não ia parar, porque uma semana atrás tiveram o

ATAS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS (LISBOA)
MANDATO 2021-2025

RUBRICA:



mesmo problema, metade da Assembleia teve que parar porque não havia meio de conseguirem apresentar os documentos em condições. -----

----- Não se podia responder que estavam à espera para ser aprovado. Não iam passar cheques em branco e o Executivo tinha que compreender que havia uma percentagem de incompetência e irresponsabilidade constante. Folgava em ver alguns Membros muito satisfeitos, mas teria vergonha. A população devia perceber quem lutava por eles e que essa Junta realmente andava mal assessorada, ou teria que rever. -----

----- Ainda nesse dia questionava quanto iriam pagar aos eleitos para estar ali mais uma vez numa Assembleia que podiam ter acautelado se entregassem os documentos corretos. -----

----- **Eleito Luís de Sousa (CDS-PP)** disse que gostava de ouvir a Ana Mirra a falar, gostava do entusiasmo como expressava as suas opiniões, mas às vezes não percebia verem coisas diferentes. O que estava ali a ver era que no enquadramento, como dizia o Membro Vítor Carvalho, parecia que o projeto era objeto de uma execução desenvolvida por parte da CML e, que apesar de se encontrar em fase de revisão do projeto de execução, já estavam reunidas bases que podiam permitir lançar o procedimento da empreitada. O clausulado que aparecia na parte 3 dizia que se a Junta não executasse 30% do valor total dos recursos financeiros de um projeto que não existia, porque estava a ser revisto pela própria CML, que poderia exigir esses valores de volta. E estranhava que o fizesse, porque a Junta não conseguia executar os valores do projeto que a CML ainda não entregou. -----

----- Quando falavam de uma questão de constante incompetência do Executivo, realmente gostaria de perceber que outros documentos o Executivo poderia ter preparado nessa circunstância, quando tinham um projeto que não conseguiam executar porque o projeto não estava preparado. Podiam-se atribuir responsabilidades onde havia responsabilidades para atribuir, mas quando o projeto não estava fechado e não podia ser executado também não se podia apresentar 30% dessa despesa. -----

----- A Câmara podia exigir, mas seria muito má-fé sem entregar o projeto. -----

----- **Eleito Vítor Carvalho (PS)** disse que registava o entusiasmo com que o Membro do CDS falava, porque não era fácil defender o indefensável. De todas as formas, a interpretação que o Membro do CDS fazia relativamente aos 30% não era correta, porque os 30% de que estavam a falar eram do CDC na sua totalidade, dos 3.600.000€ (três milhões e seiscentos mil euros), não era 30% de cada um dos projetos. O Executivo poderia eventualmente ter executado 30% em outros projetos no âmbito dos CDCs, não tinha que ser em cada um dos projetos em si. Era só para fazer esse esclarecimento. -----

----- **Eleita Joana Teixeira (BE)** disse que a sua questão era qual o prazo. Imaginava que houvesse um contato próximo com a Câmara de apresentação e fecho desse projeto e aí tinha que dizer que se revia completamente na intervenção da Ana Mirra porque essa situação que lhes colocavam não era especificamente sobre esse contrato, mas sim sobre os protocolos das AECs dos anos letivos, do ano passado, de uma série de coisas que andavam constantemente a fazer e que depois os colocava nessa posição. -----

----- Depois também queria só um pedido de esclarecimento sobre se os agrupamentos escolares foram informados, conforme tinham combinado na última Assembleia de Freguesia, de que esse atraso no protocolo se devia à falta de informação, não à Assembleia, mas ao Executivo de Arroios, porque depois chegava a um ponto em que,

ATAS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS (LISBOA)
MANDATO 2021-2025

RUBRICA:



de facto, estavam entre a espada e a parede de aprovarem ou não, que não aprovavam e não acontecia nada na Freguesia ou andavam constantemente a aprovar coisas que não estavam devidamente acauteladas e feitas. -----

----- Perguntava então qual era a data prevista para o fecho desse projeto como um todo.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** perguntou se o Executivo conseguia dizer quando haveria condições para lançar o procedimento. -----

----- Seguidamente, a partir do púlpito e na qualidade de Membro eleito pelo PSD, disse que tinham dois procedimentos que iam para obter autorização de procedimento plurianual. Isso pressupunha que havia condições de lançar o procedimento de imediato e, para si, era uma surpresa ao ser confrontado com a situação de que afinal ainda não havia projeto e se não havia projeto também não havia procedimento. Se não havia procedimento, perguntava qual a razão de se pedir essa antecipação. Podia ir a uma Assembleia extraordinária no momento em que houvesse o projeto, saber-se qual era e quando poderia ser lançado. -----

----- No fundo, era isso que os vários Eleitos tinham andado ali de volta e aquilo que esperava era que o Executivo desse uma indicação de que, ao ir pedir à Assembleia a autorização, tinha uma expectativa temporal muito reduzida de estar com esses elementos em posse e que aproveitou a presente Assembleia para ficar já em condições de no espaço de duas ou três semanas lançar esses procedimentos. -----

----- **Eleita Anna Almeida (CDU)** disse que a questão-chave era se poderia ou não ser alterado o valor com o desenvolvimento do fecho do projeto. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que o valor ali não estava em causa, para já não estava. Para haver a alteração do valor teria que haver um aditamento ao CDC e ir à Assembleia para ser aprovado. Portanto, essa questão por agora não se punha. -----

----- Admitia que, havendo um alongar no tempo da concretização da empreitada e com o aumento dos custos, essa situação pudesse vir a acontecer, mas a isso seriam chamados a intervir e a perceber o que se passou. Por agora não havia nenhum projeto de alteração. Julgava que era isso, mas o Executivo esclareceria. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** explicou que a Câmara deu o compromisso de que até ao final do mês entregaria o projeto final, que estava a ter algumas pequenas afinações. A previsão da execução era de seis meses. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que pela indicação seria lançado no mês de outubro, com prazo de execução de seis meses e daí a questão da plurianualidade. Sendo lançado o procedimento ele com certeza estaria concluído mais ou menos perto do final do ano, a empreitada iniciaria perto do final do ano e com os seis meses iria parar a alturas de junho ou julho a concretização. Era com esses pressupostos que passariam à votação. -----

----- Percebia a questão da Eleita Joana Teixeira, mas grave para si seria estarem a deliberar uma coisa se isso só aparecesse com projeto para janeiro, então não se justificaria estarem ali a deliberar. Sendo que o projeto ia surgir ainda durante o mês estava perfeitamente justificado o pedido da plurianualidade. -----

----- **Eleita Patrícia Mariano (PAN)** disse que iria votar contra e com pena sua, porque até era uma coisa boa, vivia ali perto. Com muita pena iria votar contra, mas não tinham condições de votar, não sabia o que estava a votar e não se podia comprometer. Era importante que isso fosse dito. -----

ATAS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS (LISBOA)
MANDATO 2021-2025

RUBRICA:



----- **O Senhor Presidente da Assembleia** perguntou quais eram as dúvidas que a Eleita tinha para efeitos da votação.-----

----- **Eleita Patrícia Mariano (PAN)** disse que eram as mesmas dúvidas do Partido Socialista. Queria ver o projeto concluído, não era com pequenas afinações, antes de votar.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que não era isso que estavam a votar nessa proposta, era óbvio que estava enganada na votação. O que estavam a votar era, logo que houvesse o projeto, se podia ser ou não lançado o procedimento ou se ficavam à espera até janeiro. Outra coisa, ainda, era perguntar ao Executivo se estava disponível para logo que houvesse o projeto o apresentar à Assembleia para conhecimento dos Membros eleitos. Era igual ao que se passou na proposta anterior.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que sim. Aliás, o projeto já estava disponível no site. O que faltava de afinações eram pequenos pormenores de engenharia civil, detalhes mínimos. O projeto estava no site e era público.-----

----- (diálogos cruzados sendo a Assembleia suspensa por alguns minutos para acerto de posição do executivo)-----

----- **Eleito Vítor Carvalho (PS)** disse que era surpreendido de sessão em sessão, mas de facto já nada o surpreendia. Queria relembrar ao Executivo que era função da Assembleia de Freguesia fiscalizar a atividade do Executivo e não podiam encaminhar os representantes das forças políticas, que representavam a população de Arroios, para consultar os projetos no site. Não podiam dizer que fizeram sessões de esclarecimento, era obrigação informar a Assembleia e não reencaminhar os Eleitos para o site.-----

----- O projeto estava no site, ótimo, mas tinham que levar o projeto à Assembleia e não podiam de forma alguma dizer aos eleitos para irem ao site ver. O Senhor Presidente era o representante da Assembleia e também devia ter uma palavra a dizer sobre isso.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que todas as apresentações públicas foram feitas e os Eleitos foram convidados a estar presentes. Contudo, se não tiveram oportunidade de estar presentes também tinham a oportunidade de pedir para ter acesso a essa informação.-----

----- A informação era pública, não tinham problema nenhum, não escondiam nada e podiam pedir sempre o que precisassem que passariam a informação.-----

----- **Eleita Patrícia Mariano (PAN)** disse que parecia estarem todos um bocadinho confusos, falava por si que estava. Já tinha visto o projeto há imenso tempo na internet, vivia ali e estava mesmo feliz, achava que era uma coisa maravilhosa para a Freguesia. O que se colocava era que o caderno de encargos e essas coisas que a Câmara supostamente iria dar daí a um mês, para si fazia sentido estar a votar depois de ter acesso a todas essas coisas.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta de autorização prévia para assumir compromisso plurianual para abertura de procedimento de contratação pública que tem por objeto a empreitada para melhoria da mobilidade e cargas/descargas na Praça das Novas Nações (Contrato n.º 5/UCT/DRJF/2023 – Eixo programático 1)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 7 votos a favor (CDS-PP, PSD, IL, e Chega), 6 votos contra (PS e PAN) e 5 abstenções (CDU e BE)-----

----- Disse que estava esgotada a ordem de trabalhos e gostava de deixar um conjunto de informações à Assembleia.-----

ATAS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS (LISBOA)
MANDATO 2021-2025

RUBRICA:



----- Havia dificuldades de funcionamento da Assembleia a que presidia, elas tinham vindo a arrastar-se no tempo e tinha tentado por todos os meios que fossem ultrapassadas. Não estando ultrapassadas, comunicava à Assembleia que não estaria em condições de se manter no exercício das funções de Presidente da Assembleia se até a próxima Assembleia as situações todas pendentes de funcionamento, nomeadamente com a questão das atas no seu local devido e que já foi várias vezes referido ali noutras sessões da assembleia de freguesia. Recordava-se que a determinada altura não havia no site da freguesia, segundo lhe comunicaram, então, capacidade de "espaço informático" para suportar a colocação, on line, das atas. Assim, pedia ao Executivo que informasse se essa situação já estava resolvida e desde quando. Se essa situação não estivesse resolvida até a próxima Assembleia não estaria disponível para continuar a dirigir os trabalhos da Assembleia, por impossibilidade funcional, como compreenderiam todos. -

----- A Mesa funcionava em função dos meios que lhe eram disponibilizados e tinham tido vários sobressaltos em relação a essa matéria, o último dos quais foi na sala que tinham, disponibilizada para a Assembleia, acabou por ser alterado o seu funcionamento sem qualquer enquadramento e/ou justificação perante os membros da mesa desta assembleia de freguesia.-----

----- Tinha tentado evitar essa comunicação, mas era chegado o momento efectivamente de a fazer, pedindo a compreensão e entendimento e pedindo ao Executivo também uma atenção especial. Já o fizera, várias vezes, por escrito e por várias vias, mas a verdade é que não se alcançou o objetivo desejado.-----

----- **Eleito Vítor Carvalho (PS)** disse que queria só registar a compreensão pela decisão que eventualmente o Senhor Presidente viesse a tomar e manifestar-lhe a solidariedade pessoal. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** informou que tinham condições técnicas para a colocação das atas descritas no site. -----

----- **Eleita Anna Almeida (CDU)** disse que a CDU também gostaria de apoiar o Presidente da Assembleia, por achar que estava a desempenhar as suas funções com responsabilidade. -----

----- Se entenderam bem, estavam a falar das atas aprovadas para serem disponibilizadas para o público nos termos da transparência necessária e ouviram que as atas por aprovar estariam disponíveis para aprovação na próxima Assembleia em dezembro. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que era exatamente isso. -----

----- nesta altura ia começar a ler a ta em minuta e foi interpelado pelo eleito Vítor Carvalho. -----

----- **Eleito Vítor Carvalho (PS)** disse que o Senhor Presidente tinha informado na última Assembleia a renúncia de um Membro do CDS que era simultaneamente Membro da Mesa e que muito em breve iria colocar na ordem de trabalhos a eleição de um novo Membro da Mesa. Pensava que estaria nesse momento um Membro da Mesa em substituição da pessoa que renunciou. -----

----- Corrigissem se estivesse errado, mas nesse momento a Mesa só tinha dois elementos, que era o Senhor Presidente e a Primeira Secretária, uma vez que a Segunda Secretária renunciou ao mandato. Não tendo ainda sido eleito o Segundo Secretário, a Mesa só tinha dois elementos nesse momento e o Senhor Presidente na leitura da ata referiu-se como sendo Secretário efetivo da Mesa, o que não correspondia à verdade uma vez que nesse momento só tinha o Senhor Presidente e a Primeira Secretária. -----

ATAS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS (LISBOA)
MANDATO 2021-2025

RUBRICA:



----- O Senhor Presidente da Assembleia referiu que a Mesa foi recomposta e tendo a seguinte composição: Presidente - José Manuel Cal Gonçalves; Alexandra Isabel Machado Cordeiro, chamada a desempenhar as funções de Primeira Secretária por vacatura do cargo; Luís Francisco de Couto Bento de Sousa, na qualidade de Segundo Secretário para complementar a Mesa.-----

----- A Mesa foi posta à consideração da Assembleia, que a ratificou.-----

----- Eleito Vítor Carvalho (PS) disse que então, segundo estaria a perceber, a Primeira Secretária nesse momento estaria a substituir a Secretária que renunciou.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia explicou que estava a exercer as funções de Primeira Secretária por composição da Mesa aprovada por unanimidade de braço no ar.

----- Eleito Vítor Carvalho (PS) perguntou em que qualidade o Senhor Segundo Secretário desempenhou as funções na Assembleia.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia respondeu que foi por recomposição da Mesa aprovada pela Assembleia.-----

----- Imaginassem que com o estado de saúde que estava nesse dia não tinha aparecido, acontecia que haveria uma eleição de Mesa só para essa sessão e em certa medida foi o que fizeram. Havia dois Membros, foi cooptado outro elemento para a Mesa e colocado à consideração da Assembleia a recomposição da Mesa. Essa Mesa foi eleita para o exercício da função na presente reunião, no próximo dia seria outra. Foi só para a presente sessão.-----

----- Queria já anunciar que ou haveria uma sessão extraordinária, ou na próxima Assembleia ordinária seria um ponto da ordem de trabalhos. A presente reunião era realizada a pedido do Executivo e os pontos que deviam constar eram aqueles que foram solicitados por quem requeria. Já era extensa e não sabia se iria haver muita discussão ou não.-----

----- De seguida, nada mais havendo a tratar, foi lida em voz alta, pelo Presidente da Assembleia de Freguesia e submetida à votação, a Ata em Minuta referente à presente reunião, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Deu-se por encerrada a reunião, eram vinte e uma horas e vinte minutos.-----

----- Da reunião foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes.-----

1.º SECRETÁRIO



2.º SECRETÁRIO



----- PRESIDENTE-----

